

O BNDES e as cooperativas de crédito: uma parceria para os pequenos municípios no Sul do Brasil

Cláudio Risson
Affonso Augusto Bulcão Flach

20

**O BNDES e as cooperativas de crédito:
uma parceria para os pequenos
municípios no Sul do Brasil**

CLÁUDIO RISSON

AFFONSO AUGUSTO BULCÃO FLACH

A cooperativa de crédito não tem os interesses de uma financeira comum, procurando enriquecer seus membros à custa do público em geral. Nem é uma empresa de empréstimo, procurando obter lucros à custa dos infelizes. A cooperativa de crédito não é nada disso, é a expressão no campo da economia de um elevado ideal social.
(Alphonse Desjardins)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma breve revisão e um relato da parceria da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) com o BNDES. Para isso, a presente análise tem como referencial o trabalho desenvolvido pelo cooperativismo de crédito do Sistema Cresol na Região Sul do Brasil, que é agente financeiro do BNDES desde 2005. Será tratado o relacionamento da Cresol com esse agente financeiro, tendo em vista as várias linhas de crédito operadas, incluindo linhas para o fortalecimento da estrutura das próprias cooperativas de crédito. Em um segundo momento, apresenta-se a Cresol, e a sua relação com o agente financeiro e o seu papel no desenvolvimento, incentivando assim novas oportunidades de emprego e renda. Além disso, são feitos um resgate e a análise do desempenho e dos resultados das políticas de financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para a agricultura familiar. Nesse contexto, aborda-se a importância dos municípios rurais brasileiros, citando como exemplo o município de Erechim, no Rio Grande do Sul, onde o setor rural é o principal indutor da atividade econômica. Destaca-se, ainda, a sinergia entre a Cresol e o BNDES, demonstrando seus resultados e apresentando os desafios a serem enfrentados.

ABSTRACT

This paper aims to present a brief revision and explanation of the partnership between Rural Credit Cooperative with the Solidarity Interaction (Cresol system) and the financing policies of the Brazilian Development Bank (BNDES). To do so, this analysis references the work developed by the Cresol System's Credit Cooperative in the Brazil's South region, which has been a financial agent of the BNDES since 2005. We cover the relationship that Cresol has with this financial agent, taking into account the many lines of credit offered, including those aimed at strengthening the structures of the credit cooperatives themselves. Following that, we present Cresol and its relationship as a financial

agent as well as its role in development, encouraging new opportunities for employment and income. Besides this, we recall and analyze the performance and the results of the financing policies in the National Family Farming Development Program (Pronaf), for farming families. Within this context, we address the importance of Brazil's rural municipalities, using the municipality of Erechim, in the state of Rio Grande do Sul, as an example. In this region, the rural sector is the main driver of economic activity. We also highlight the synergy between Cresol and the BNDES, revealing results and presenting the challenges yet to be resolved.

INTRODUÇÃO

O BNDES é um dos principais agentes financiadores do Sistema Financeiro Nacional. A parceria com o Sistema Cresol há mais de vinte anos amplia as perspectivas e caracteriza-se como estratégica para o futuro dos agricultores familiares e dos pequenos municípios rurais da Região Sul e do Brasil. Portanto, o produto fornecido pelo BNDES – o crédito – está profundamente vinculado ao tema desenvolvimento e à sustentabilidade desse público e dessas regiões. Mais ainda pelo fato de o BNDES ser um banco público comprometido com essa estratégia de descentralização e diversificação do financiamento, objetivo que permeia as suas ações e conseqüentemente a execução das suas operações de crédito, contando com o aporte e a equalização pública em suas fontes de recursos.

O sistema cooperativista tem a capacidade de organizar comunidades com pouquíssimo acesso a serviços financeiros, tais como as que ficam distantes dos grandes centros. Também tem vocação para mobilizar e aplicar recursos em benefício da própria comunidade, o que estimula pequenos empreendimentos rurais e urbanos geradores de emprego e renda. Adicionalmente, desde que bem organizadas, as cooperativas se transformam em meio indutor de saudável aumento da competitividade no sistema financeiro [Soares e Melo Sobrinho (2008)].

Nesse sentido, existem vários estudos no Brasil que atestam a capacidade das cooperativas de crédito de dar acesso ao sistema financeiro tradicional à população de baixa renda e à das pequenas cidades brasileiras, como os de Búrigo (2006), Schroder (2005) e Soares e Melo Sobrinho (2008), entre outros.

Também Farina e Ferreira (2005) demonstraram que o mercado de crédito é local no Brasil, e que cidades com até uma agência bancária têm taxas de juros mais altas para operações de crédito do que aquelas com mais de uma agência. Sinigaglia (2005) comprova que a falta de concorrência bancária nas cidades menores é um entrave maior ao desenvolvimento social do que a própria falta de bancos de sua população. Fica clara, assim, a importância do crescimento das cooperativas de menor porte no Brasil como agentes de concorrência bancária em mercados localizados.

Em complemento, Lhacer (2012, p. 109) encontrou que “na análise com os dados agregados, quanto maior a participação de mercado das cooperativas de crédito, menor a taxa de juros média para as operações de crédito, o que comprova que o aumento desta participação é benéfico aos clientes desse mercado”.

Da mesma forma, uma das justificativas do Banco Central do Brasil (Bacen) para incentivar o aumento da participação das cooperativas de crédito no mercado bancário – aumento esse que foi de mais de 1.300% desde o Plano Real, segundo dados de 2011 do Bacen – é justamente a crença de que elas são capazes de aumentar a competitividade do setor e também de reduzir os *spreads* bancários.

A breve revisão da literatura sobre o papel do cooperativismo e seu potencial vão ao encontro da própria missão do BNDES, que anuncia em seu sítio eletrônico sua missão de “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução de desigualdades sociais e regionais”.

Trata-se de uma missão ampla e comprometida, em se tratando de um país continental como o Brasil, com realidades regio-

nais distintas, culturas variadas de acesso à educação e informações heterogêneas. Mas a missão é o desafio da importância de um banco como o BNDES, por sua relevância e capacidade de financiamento, no que diz respeito a sua amplitude e capilaridade.

Esse papel estratégico do BNDES é reforçado em FEE (2014, p. 1), ao afirmar que:

[...] O crescimento expressivo do BNDES desde 2008 acompanha o movimento dos demais bancos públicos, no sentido de sustentar a expansão do crédito após uma retração dos empréstimos originários das instituições privadas. Ao se comparar o total desembolsado pelo BNDES de janeiro a outubro de 2013, em termos reais, o valor é quase três vezes maior ao do mesmo período de 2006. Esse papel contracíclico desempenhado pelo BNDES mostrou-se importante para sustentar a economia brasileira e foi também exercido por outros bancos de desenvolvimento existentes no mundo. A Alemanha, com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), e a China, com o Banco de Desenvolvimento da China, tem, em termos absolutos, bancos maiores que o BNDES. Contudo, quando se considera o tamanho em relação ao total do crédito, o BNDES é proporcionalmente maior: somando-se o estoque de crédito próprio com os repasses a outras instituições financeiras, chega-se a 11% do PIB brasileiro, o que representa 20% do total do estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

Também se destaca a expressiva participação do desembolso do BNDES para a Região Sul que tem expressiva participação. A Tabela 1 mostra esse desempenho no que diz respeito às operações indiretas.

TABELA 1 *Ranking* do desembolso BNDES das instituições credenciadas das operações indiretas – janeiro a dezembro 2013

	Valores (R\$ bilhões)	Nº de operações
Valor total	116.048,4	1.146.440
Valor Região Sul	35.092,6	365.704

Fonte: BNDES.

Esse desembolso contempla o conjunto das operações indiretas, ficando de fora as operações diretas realizadas pelo próprio BNDES.

Isso significa mais do que disponibilizar financiamentos e proporcionar crescimento econômico e social. O desafio atual é a geração de um desenvolvimento com sustentabilidade, capaz de promover avanços econômicos e sociais de forma respeitosa e equilibrada com o meio ambiente. Com mais ênfase na última década, surge a necessidade do combate à pobreza. É preciso diminuir as desigualdades sociais através da geração de oportunidades, ou seja, promover a inclusão produtiva. Evidentemente, a promoção da inclusão produtiva pressupõe ultrapassar as barreiras do crédito. Os processos de educação e qualificação profissional, assistência técnica e fomento da diversificação das atividades produtivas são indispensáveis. É preciso estabelecer políticas para incluir aqueles que têm menos oportunidades, como os agricultores familiares, os micro e pequenos empreendedores formais e informais, entre outros.

O crédito é um instrumento importante na geração do desenvolvimento, mas é preciso que seja aplicado com planejamento e com uma gestão eficiente. Esse é um dos fatores de sucesso. Se ocorrer o inverso – o crédito aplicado sem uma clara orientação ou plano de negócios –, dificilmente ele dará certo, independentemente do tamanho do empreendimento. O desafio é muito maior em virtude das dificuldades encontradas, como a capacidade gerencial e produtiva, assim como o acesso ao mercado, geralmente, quando se trata de micro ou pequenos empreendimentos.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NA REGIÃO SUL

A Região Sul do Brasil tem uma economia diversificada. Na média, essa região tem bons indicadores econômicos e sociais, boa

infraestrutura, tem bom acesso à educação básica e teve ampliação e melhorias importantes no ensino superior e profissionalizante na última década. Destacam-se, sobretudo, o investimento em escolas técnicas e a constituição de universidades ou mesmo *campi* de universidades federais. Concretamente, isso significa investimentos nas políticas estruturantes. O investimento nessa área é o que faz a diferença e impacta na vida das pessoas.

O setor agropecuário tem um peso importante na dinâmica da economia na região. É forte a atuação da agricultura familiar. Partindo do Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares. Isso representa 88% dos estabelecimentos brasileiros. No Sul, havia 19,5% dos estabelecimentos familiares do Brasil, ou seja, 849.997 estabelecimentos.

A agricultura familiar tem um peso importante no Sul. Ela ocupa um papel de destaque na ocupação de pessoal ou geração de emprego e na produção de alimentos. É de se considerar, também, o fato de a Região Sul ser formada por um grande número de pequenos municípios, o que mais ainda destaca a importância da agricultura familiar para a economia desses pequenos municípios.

TABELA 2 Participação da agricultura familiar (AF) no total dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção (VBP) em diferentes regiões do Brasil

Região/ano	Estabelecimentos AF/total (%)		Área AF/total (%)		VBP AF/total (%)	
	2006	1995-1996	2006	1995-1996	2006	1995-1996
Nordeste	93	88	47	44	52	43
Centro-Oeste	75	67	14	13	17	16
Norte	90	85	42	38	69	58
Sudeste	77	75	29	29	24	24
Sul	89	91	43	44	58	57
Brasil	88	85	32	31	40	38

Fonte: Elaboração própria, com base em Banco do Brasil (2009).

Os dados apresentados na Tabela 2 demonstram que o tipo de produção baseado na agricultura familiar representa a maioria absoluta das formas de agricultura no Brasil. Contraditoriamente, essas mesmas famílias têm menos de um terço da área agrícola total. Ainda assim, produzem 40% do valor da produção. E, comparativamente, no Censo Agropecuário de 2006, em relação ao de 1995-96, observou-se um crescimento no número de estabelecimentos e na área ocupada, assim como no valor bruto da produção na agricultura familiar.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) de 2006, em relação à geração de emprego, a agricultura familiar gera 12,3 milhões de empregos (74,4% dos empregos na agricultura) e a agricultura não familiar, 4,2 milhões de empregos (25,6% do total de empregados). Em relação à produção, a produção familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos.

As políticas públicas para a agricultura familiar

Um importante marco divisor das políticas públicas para a agricultura familiar é concretizado em 1995 com a criação do Pronaf. Como afirma Schneider e Gazolla (2013, p. 2): “O surgimento do Pronaf é um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira, porque representa a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o meio rural”. O primeiro passo foi dado com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) em 1994. Cabe destacar que sua criação foi uma reivindicação das organizações da agricultura familiar.

Mas, antes desse período, viveu-se mais de uma década de profunda “crise” no que diz respeito às políticas de crédito, seja de custeio, seja de investimento para a agricultura familiar. Para piorar, além das escassas linhas de financiamentos oferecidas, as

altas taxas de juros (com correção monetária) inviabilizavam completamente os financiamentos para o setor. Muitos agricultores perderam suas terras para os bancos, outros perderam a esperança de continuar na roça. A falta de perspectivas gerou muita instabilidade, desolação no setor e principalmente um aumento no êxodo rural.

Essa realidade do crédito rural desestimulou os agricultores a buscar recursos para financiamentos e, da mesma forma, afastou-os dos bancos. Criou-se, no decorrer de algum tempo, uma imagem negativa dessa instituição financeira. Paralelamente a isso, as próprias instituições bancárias foram consolidando uma imagem negativa dos financiamentos de pequeno porte.

É preciso considerar ainda que esse modelo achatou a renda dos agricultores familiares. Em função da falta de recursos para o custeio, o investimento na produção era precário, o que reduzia a produtividade e diminuía as condições de competitividade e renda. As políticas de crédito para investimentos nas propriedades praticamente inexistiam. Isso acarretou a estagnação da produção.

Além da crise na renda dos agricultores, a falta de competitividade atingiu a economia brasileira. Há de se destacar a abertura da economia na década de 1990. A entrada em vigor do Mercado Comum do Sul (Mercosul), por exemplo, gerou mais problemas à agricultura, principalmente aos agricultores familiares. Os acordos comerciais abriram o mercado, setores da economia ganharam e outros perderam. A agricultura foi um dos setores vulneráveis pela falta de investimentos e consequente falta de competitividade.

Essa dura realidade contribuiu para o crescimento das organizações e movimentos sociais no meio rural. No fim dos anos 1980, grandes mobilizações foram realizadas, tendo em vista uma política agrícola diferenciada.

O SISTEMA CRESOL E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A partir do cenário de mobilizações foram criadas inúmeras iniciativas ligadas à organização da produção, como fundos rotativos, cooperativas e associações em ramos. Nessa mesma linha, em 1995, é constituído um sistema de cooperativas de crédito denominado Cresol, em Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná, fruto das organizações sociais ligadas aos trabalhadores rurais, depois de estudos e análise. Segundo Couto (2013, p. 47):

[...] o sistema Cresol surgiu da experiência dos fundos rotativos. Nós tínhamos, em Francisco Beltrão, região sudoeste do Paraná, através da Assessor e no centro do estado a Fundação Rureco, duas ONGs de agricultores do movimento social com experiências de crédito rotativo com apoio da cooperação internacional. Eram alternativas para financiar a resistência dos agricultores familiares no campo, uma vez que não tinha crédito oficial para esses agricultores. A ideia era no início da década de 1990 institucionalizarmos esses fundos rotativos e captar poupança, já que o fundo rotativo só emprestava, não formava lastro financeiro para ampliar e dar vida própria aos fundos.

O interessante a destacar é que a Cresol surge para impulsionar o desenvolvimento rural a partir do crédito, garantindo acesso e desburocratizando o crédito rural. Mas o objetivo, desse modo, era fazer a inclusão financeira dos agricultores familiares.

Com a criação do Pronaf em 1995, a expansão do crédito (Gráfico 1) e a possibilidade de acesso a ele fortaleceram as iniciativas de criação e ampliação da abrangência do Sistema Cresol, que estava alicerçada no acesso ao crédito rural. Nesse caso, assumiram uma posição muito firme de garantir a aplicação dos recursos do Pronaf. É fato que, passados alguns anos da criação do Pronaf, o crédito não chegava aos agricultores. Existia o crédito, havia demanda, mas o recurso não chegava.

Já no período 1997-1998, a Cresol inicia um processo de expansão para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. É estabelecido um processo de intercâmbio cooperativo entre os ramos de produção e crédito. São constituídas novas cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, que passam a fazer parte do Sistema Cresol. No Paraná, são constituídas as cooperativas de produção.

O que acontecia na prática era uma desconfiança muito grande por parte dos agentes financeiros, em razão do período de juros indexados à correção monetária e do fato de a maioria dos agricultores familiares estar “fora” dos bancos. Havia muita insegurança quanto à continuidade do programa e principalmente quanto à sua execução. Um dos instrumentos muito utilizados para mitigar esse risco de crédito foi o aval solidário. Nesse período, a Cresol cumpriu um importante papel: viabilizar o acesso ao crédito rural, estabelecer um elo entre os agricultores e o Banco do Brasil, que é o banco oficial do crédito rural, servindo como garantia de adimplência, contribuindo na parte operacional, na contratação, incentivando assim a ampliação do programa.

Essa realidade evidencia outra face: a necessidade de fazer a inclusão financeira dos agricultores familiares. Além do acesso ao crédito, era necessário garantir acesso aos serviços financeiros. As cooperativas fizeram esse papel. Além dos serviços, começaram a estimular pequenos depósitos a prazo (poupança), o que contribuiu para gradativamente fazer-se um fundo de recursos para alavancar outros investimentos, para captar e investir no próprio local.

A CONSOLIDAÇÃO DO PRONAF E O INÍCIO DA RELAÇÃO COM O BNDES

De forma ascendente, o Pronaf, na qualidade de programa de crédito para a agricultura familiar consolida-se. Além do custeio, amplia para o investimento. Além de uma taxa de juros baixa, havia pequenos subsídios. Gradativamente, o volume de recur-

tos vai aumentando, as taxas de juros diminuindo. O programa ganhava credibilidade, espaço e melhores condições, tanto de oferta de crédito, quanto de ampliação das operações.

Entretanto, é importante considerar que um dos diferenciais do Pronaf é o controle social. Ele nasce das organizações sociais da agricultura familiar. As melhorias no programa são, mais uma vez, conquista das organizações, as quais são protagonistas e ao mesmo tempo agentes de controle e divulgação do programa. Considerar e reconhecer a importância das organizações sociais para o avanço dessa política pública é extremamente importante. Nesse sentido, o papel da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Ministério da Pesca e da Agricultura (MPA), Central Única dos Trabalhadores (CUT) rural e mais tarde a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil) foi relevante.

O Pronaf é mais que uma linha de crédito, é uma política agrícola diferenciada para a agricultura familiar. Já nesse período inicial, era possível perceber uma nova dinâmica no meio rural, um novo ânimo e as perspectivas dos agricultores familiares. Em síntese, a esperança retornou e começou a fazer parte da vida dos agricultores familiares.

Os agentes financeiros aos poucos vão afirmando sua credibilidade tanto no programa quanto nos agricultores familiares. Sem dúvida, nas cooperativas de crédito, de forma particular, a Cresol exerce papel importante. Ela contribuiu para a consolidação do programa provando que as operações para esse público, embora de pequeno porte, são viáveis.

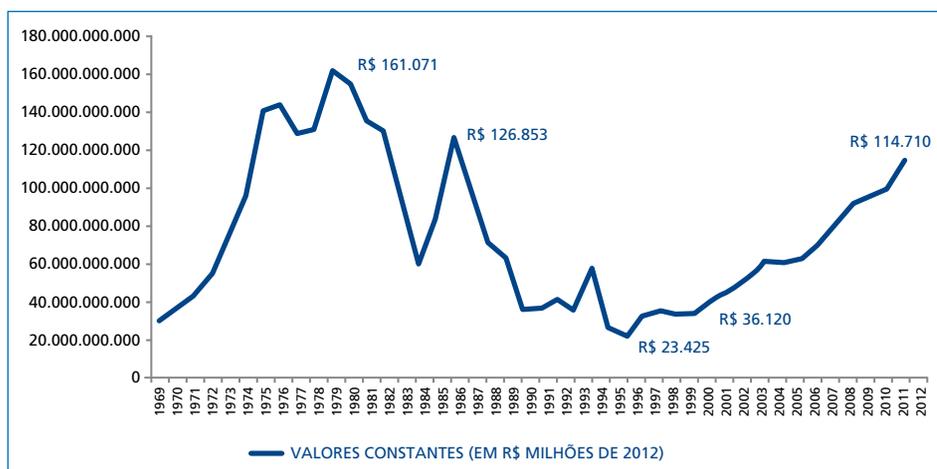
Nesse cenário, a relação da Cresol com o BNDES inicia-se de forma oficial em 1999. Foram negociações que firmaram convênio de microcrédito e operações do Pronaf Investimento. A Cresol operou na condição de mandatária do BNDES. Essa situação deu flexibilidade, permitindo o acesso aos seus recursos.

Em 1996-1997, a Cresol conviniu-se ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e fez repasse de recursos do Pronaf. A fonte desses recursos era o BNDES, já que o BRDE, um importante parceiro do cooperativismo de crédito, tem como fonte os recursos do BNDES.

Nos anos seguintes, a parceria com o BNDES foi se consolidando. Os volumes contratados foram sendo ampliados e consequentemente o número de contratos também. Na prática, o Pronaf vinha ganhando muito espaço.

A partir de 2003, com a entrada do governo Lula, o Pronaf cresce e ganha um reforço no programa em geral (Gráfico 1). São aumentados os volumes de crédito disponibilizados, há melhoria nas condições de juros nas linhas de crédito oferecidas pelo Pronaf, e o desafio passa a ser a universalização do crédito. Os agentes financeiros são desafiados e passam a ver o Pronaf com maior prioridade, com destaque para o Banco do Brasil, o BNDES, assim como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

GRÁFICO 1 Evolução do crédito rural contratado no Brasil de 1969 a 2012



Fonte: Anuário estatístico do crédito rural 2013.

Em 2004, com uma parceria fortemente consolidada com o BNDES, inicia-se uma nova fase. A Cresol Central passa a trabalhar para tornar-se agente financeiro do BNDES. Em 2005, a Cresol, com suas duas centrais de crédito, atingiu esse objetivo. Essa nova modalidade foi um marco para as cooperativas solidárias. A partir desse momento, ampliaram-se os horizontes, com vistas a promover o desenvolvimento a partir do crédito.

Na prática, muitos agricultores tiveram condição de acessar o crédito com essa melhora na oferta. Isso fortaleceu em muito o cooperativismo de crédito desenvolvido pela Cresol, com mais pessoas atendidas. Ampliou-se a oferta de crédito com condições de acessos e ao mesmo tempo levou-se o BNDES de forma indireta para muitos pequenos municípios da Região Sul do Brasil (Tabela 3).

Em 2006, outro passo importante na parceria Cresol-BNDES aconteceu com a operacionalização do Pronaf Custeio através do BNDES. Isso representou um avanço importante para o fortalecimento do cooperativismo de crédito, e consequentemente a ampliação e consolidação do acesso ao crédito aos agricultores familiares.

TABELA 3 A aplicação do Pronaf no Brasil e na Região Sul no ano de 2012

Modalidade	Nº contratos	Valores em R\$
Custeio agrícola	469.472	5.349.317.025,48
Investimento agrícola	408.852	4.017.370.532,46
Custeio pecuário	188.875	2.092.068.651,53
Investimento pecuário	756.011	4.900.221.943,65
Total custeio agrícola e pecuário	658.347	7.441.385.677,01
Total investimento agrícola e pecuário	1.164.863	8.917.592.476,11
Total geral no Brasil	1.823.210	16.358.978.153,12
Total geral aplicado na Região Sul	600.623	8.174.424.396,03

Fonte: Anuário estatístico do crédito rural 2012 – Pronaf.

Na Tabela 3, a Região Sul tem 32,95% do total dos contratos, mas fica com praticamente 50% do total dos recursos aplicados pelo Pronaf em 2012 no Brasil. Assim, considera-se que o Sul do Brasil é a principal região tomadora de financiamento do Pronaf.

Para isso, foi fundamental a contribuição de um considerável conjunto de agentes financeiros atuando no Pronaf, tendo como fonte o BNDES. Entre eles estão: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Badesul), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), Bansicredi (sistema Sicredi), Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob – sistema Sicoob), Sistema Cresol com as suas duas centrais de crédito, além da atuação de bancos privados. É preciso considerar que, além do BNDES, existem recursos de exigibilidades bancárias, e sem dúvida o Banco do Brasil tem um peso significativo na aplicação do Pronaf.

Na Tabela 4, destacam-se os municípios da Região Sul, por estado, e exibe-se uma amostra dos municípios abaixo de 20 mil habitantes (79,7% do total). Teoricamente, a existência de muitos pequenos municípios, que têm a atividade rural como o principal pilar econômico, evidencia a forte vocação agropecuária da região. O crédito Pronaf vem justamente fortalecer as atividades dos agricultores familiares, dinamizando a economia dessas comunidades, o que corrobora Mattei (2005, p. 66), que conclui “[...] isso sugere que o estímulo aos agricultores – via políticas públicas do tipo do Pronaf – gera externalidades muito positivas sobre outros indicadores de desempenho econômico dos municípios beneficiados”.

Observa-se, também, na Tabela 2, a participação predominante da agricultura familiar no total dos estabelecimentos e sua significativa importância no valor bruto da produção no Sul brasileiro, o que gera uma forte demanda por financiamento nas linhas do Pronaf.

Além de nova dinâmica econômica, a motivação e a autoestima dos agricultores familiares fizeram com que esse público voltasse a sonhar com melhores dias.

TABELA 4 Municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com menos de 20 mil habitantes, e seu percentual representativo no território de cada estado e também na Região Sul

Estados (Região Sul)	Número de municípios	Nº municípios até 20 mil habitantes	% até 20 mil habitantes
Paraná	399	312	78,19
Santa Catarina	295	231	78,30
Rio Grande do Sul	497	397	79,88
Total	1.191	940	78,93

Fonte: Wikipedia.

DIFERENCIAIS DO SISTEMA CRESOL

O Pronaf Custeio

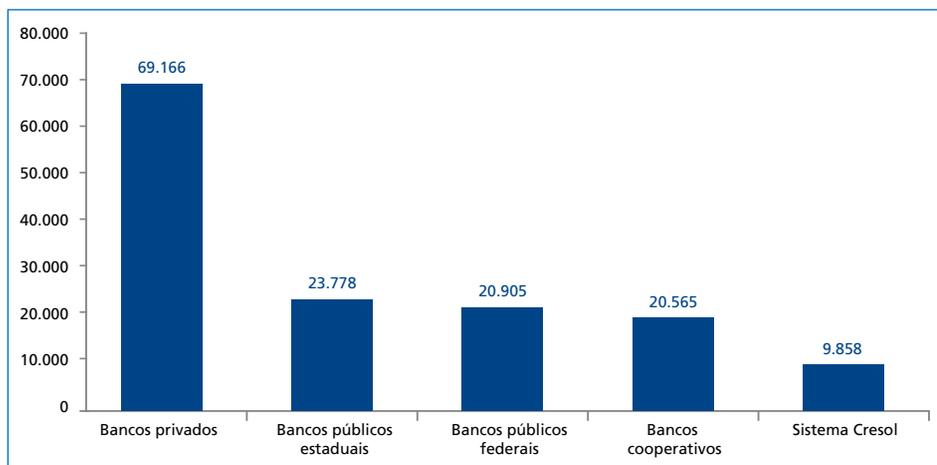
Um dos diferenciais do cooperativismo de crédito é sua proximidade pela presença e inserção local. Existe uma relação direta da cooperativa com as pessoas, havendo um compromisso com a comunidade local e com as ações que trabalham para melhorar a vida das pessoas. O cooperativismo de crédito serve como uma ponte, um facilitador, entre o BNDES e os tomadores finais. Isso é reforçado pelo estudo de Ventura, Fontes Filho e Soares (2009), o qual aponta que 34% dos associados às cooperativas de crédito não utilizam os serviços de qualquer outro tipo de instituição financeira.

Isso pode ser observado no Gráfico 2, no qual o Sistema Cresol trabalha com valores médios dos contratos de financiamento repassados aos cooperados bem abaixo dos oferecidos pelos bancos privados (sete vezes menores), públicos estaduais, federais e cooperativos (menos da metade). Ele adéqua o

montante de recursos às condições de acesso de um público de baixa renda.

Em se tratando do Pronaf, o BNDES assumiu o compromisso de apoiar o cooperativismo de crédito, sendo também fonte para o acesso aos recursos de Pronaf Custeio. Desde 2007, o Banco iniciou a operacionalização dessa linha, e gradativamente vem qualificando sua atuação no programa.

GRÁFICO 2 Valor médio dos contratos de financiamento repassados aos cooperados pelo Sistema Cresol em relação aos bancos, no período 2008-2009 (em R\$)



Fonte: Bacen (2010).

Essa condição permitiu para a Região Sul, a partir da atuação da Cresol, a ampliação das operações com os agricultores familiares. Essa nova possibilidade, aos poucos, foi ampliando o crédito de custeio, tanto no volume quanto no número de operações (ver Tabela 1 do Apêndice). Além disso, permitiu maior diversificação produtiva, com enquadramento de novas culturas (zoneamento agrícola), as quais são produzidas em menor escala, e com características locais conforme condições de clima e solo.

Com acesso à fonte de recursos do BNDES, foi possível crescer desde culturas de cereais até frutas e hortaliças. Essas demandas estavam reprimidas, visto que não era possível operacionalizar o cultivo por meio de outros agentes financeiros. São culturas que, somadas, contribuem para a diversificação da agricultura familiar e garantem melhores condições de produção através do incentivo do crédito, assim como a cobertura do seguro agrícola. Foi possível atender a todas as demandas de custeio do quadro social, o que antes não era possível. Como exemplos típicos disso, podem-se citar a produção de porongos para confecção de cuia, no município de Santa Maria (RS); a produção de maçã em Floriano Peixoto (RS), a noqueira-pecã em Constantina (RS) e a cultura da erva-mate em Ilópolis (RS), entre tantas outras. Nas palavras do diretor da Cresol Gelson Ferrari: “Essa linha permitiu e em muito fortaleceu o cooperativismo, como agente de crédito rural. Esta parceria permitiu fazermos mais, ampliar o acesso ao crédito com novas operações e novas culturas, produzindo mais quantidade e qualidade” [Ferrari (2014)].

Cabe destacar o compromisso do BNDES com a agricultura familiar, ao apostar em um programa com forte característica social. São muitas operações de crédito com valores pequenos considerando a média de desembolsos do Banco (ver Tabela 1 do Apêndice).

Tudo isso cria as condições para se chegar a muitos pequenos municípios rurais, atendendo a um contingente muito grande de pessoas sem acesso ao sistema financeiro tradicional que não tem interesse e/ou condições de atuar.

Reforçando essa constatação, Schneider e Gazolla (2013, p. 64) afirmam que:

Por um lado, sobressaem os limites dados pelo sistema financeiro na operacionalização do programa e expressados por várias maneiras. Normalmente, os bancos tendem a trabalhar com seus clientes de carteira, os quais detêm garantias adequadas às suas

demandas de crédito. No limite, essa prática acaba dificultando o acesso às diferentes modalidades de créditos do Pronaf. Em parte, esse aspecto é mais viável nas operações financeiras voltadas aos investimentos nas propriedades, sendo exigidas garantias que nem sempre são compatíveis com a realidade do agricultor familiar. Decorrente desse processo abre-se a possibilidade para distorções que levam à concentração dos recursos em algumas regiões e/ou produtos.

Agroindústria familiar – uma forma de agregação de valor

Uma das mais importantes ações produzidas pelas operações de crédito realizadas com o BNDES trata das agroindústrias familiares. São agricultores familiares com um elevado grau de empreendedorismo. Estes tomaram a decisão de agregar valor à sua produção e passam a industrializar e a inserir, mais diretamente, nos mercados, os produtos. São inúmeros esses produtos, entre os quais se destacam os embutidos de suínos, panificados, derivados de leite, vinho, derivados da cana-de-açúcar, frutas, sucos e doces, verduras, conservas e cereais.

A parceria com o BNDES permitiu avançar no financiamento desse modelo de agroindustrialização. Havendo interesse e organização local, o recurso gera novas oportunidades. Desde o início, inúmeras agroindústrias foram financiadas nas regiões de atuação das unidades da Cresol. Com a ampliação dessa linha e a conseqüente industrialização de seus produtos localmente, inserindo-os no mercado, também foram possibilitadas a permanência dos jovens nas propriedades, a geração de novos postos de trabalho no meio rural e a melhoria das condições de renda da agricultura familiar.

Em Erechim, por exemplo, no alto Uruguai gaúcho, onde atua a Cresol Erechim, existem mais de cinquenta agroindústrias familiares, a maioria financiada com recursos do BNDES. Embora

o financiamento seja uma prioridade da Cresol, por conta de seu foco de atuação na agricultura familiar, algumas agroindústrias são financiadas por outros agentes financeiros e, na maioria das vezes, pelo BNDES.

As agroindústrias familiares representam um caso de sucesso. Delas saem produtos de qualidade que atendem aos mercados local e regional. Preservam a diversidade e têm baixo impacto ambiental, com características típicas e artesanais. Essa qualidade acaba por ganhar e fidelizar o consumidor. Ele tem acesso aos produtos em pontos de vendas próximos, como pequenos mercados, padarias e mesmo em feiras organizadas para vender direto aos consumidores.

Quanto aos empregos, prioriza-se a família. Caso haja necessidade, contratam-se pessoas de forma permanente ou mão de obra eventual de diaristas. É comum encontrar jovens que fizeram o caminho inverso, ou seja, retornaram para a roça a partir das novas perspectivas geradas. Como um exemplo, cita-se o agricultor Ivo Andreola, da linha Lajeado Paca, interior de Erechim, dono de uma agroindústria familiar de panificados. Ele começou há alguns anos e atualmente conta com a agroindústria e um restaurante no estilo café colonial, que fornece refeições planejadas duas vezes por semana para quarenta pessoas. A comercialização dos produtos agroindustrializados é realizada principalmente nas feiras da cidade, três vezes por semana. No ano de 2013, entregou para alimentação escolar, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 40 mil pães. Além da família de quatro pessoas, a agroindústria gera outros quatro empregos fixos e mais seis empregos eventuais. Satisfeito, o agricultor Andreola comenta: “A agroindústria dá mais trabalho que a roça, mas gera muito mais renda e com retorno mais rápido” [Andreola (2014)].

Cabe destacar que as organizações sociais cumprem um papel importante. Elas servem como instrumentos que auxiliam

diretamente no planejamento, motivando a tomada de decisão e o desenvolvimento dos empreendimentos. A Cresol também está inserida nesse contexto. A existência desse tecido social é o diferencial para a eficácia e articulação das políticas públicas para a agricultura familiar. Cabe destacar também a importância da assistência técnica para viabilizar essa estratégia. Nesse caso, existe uma ação muito positiva da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (Emater/RS), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outras entidades, que cumprem um relevante papel na organização, no acompanhamento dos processos de gestão, no controle da qualidade, no licenciamento e em outros aspectos.

Cabe salientar que a sinergia entre as políticas públicas, estruturantes e articuladas, gera maiores e melhores resultados. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para agricultura familiar através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do PNAE com origem na agricultura familiar.

No caso do município de Erechim, praticamente toda a alimentação escolar fornecida à rede de educação municipal tem como origem a agricultura familiar. Segundo Juliane Bonez, secretária de Educação adjunta em Erechim, em 2013, foram 15 escolas atendidas, beneficiando 6.656 alunos. Para 2014, serão 18 escolas, afirma a secretária e, ainda, como diferencial,

o programa fortalece a agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento local e regional, ainda o programa atende as necessidades nutricionais dos estudantes durante a sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos mesmos, bem como promove a formação de hábitos alimentares saudáveis [Bonez (2014)].

Em vários países observa-se que convivem, lado a lado, os grandes complexos agroindustriais e a produção artesanal. O

primeiro, com automação, produção em escala, padronização, atendendo a um mercado cada vez mais global, não deixa de sofrer as instabilidades dos mercados. Ao mesmo tempo, há a crescente valorização dos produtos artesanais, produzidos pelas agroindústrias familiares em pequena escala, de forma diferenciada, com características regionais, que basicamente atendem ao mercado local ou no máximo regional. Esse modelo preserva a diversidade da produção e permite a reprodução da agricultura familiar. Portanto, é um desenvolvimento com foco no aspecto da descentralização econômica, no social e na preservação da cultura ancestral.

Há vários progressos na produção artesanal, mas o desafio é como ampliar esse tipo de iniciativa, inserindo mais agricultores e, ao mesmo tempo, ampliando o fornecimento para um conjunto maior de consumidores.

Cabe ressaltar que as agroindústrias que produzem em maior escala buscam o financiamento para a ampliação de suas estruturas e o fortalecimento de suas cadeias produtivas, do fornecimento de insumos e da matéria-prima até a comercialização. Esse modelo, embora com um foco nos mercados dos grandes centros urbanos e externos, nos ganhos em volume e na padronização (*commodities*), tem seu papel. Contudo, não é contraditório apostar, também, em um modelo de menor escala, criando produtos diferenciados, diversificando e fortalecendo as economias e valorizando as culturas locais, ampliando as oportunidades e a sustentabilidade dos agricultores familiares e das regiões interioranas do Brasil.

Entre os desafios, está a assistência técnica e uma legislação específica adequada à escala como forma de garantir o crescimento, a ampliação e a consolidação dessas iniciativas. É preciso pensar também na forma de garantir os acessos aos mercados. Isso é uma tarefa das organizações de apoio e das

próprias agroindústrias, do avanço das políticas públicas, e cabe aos agentes financeiros estimular esse tipo de empreendimento.

Evolução da produção de leite

O acesso ao crédito, principalmente do Pronaf, estabeleceu novas condições para a agricultura familiar também no ramo da produção de leite. Os recursos de custeio e investimento geraram resultados positivos com o aumento na produção e produtividade no campo, com a diminuição da penosidade do trabalho e com a melhoria na renda dos agricultores familiares.

Uma das atividades que têm forte participação da agricultura familiar é a produção de leite. Os avanços na produção são visíveis. Em grande parte, os financiamentos estimularam investimentos na melhoria dos equipamentos, da genética, da produção, regularidade e da qualidade da alimentação dos animais. Isso aumentou a produtividade e a qualidade do leite, levando à maior profissionalização na atividade e à constituição de uma das maiores bacias leiteiras do Brasil (localizada nas regiões do noroeste e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná).

O Sistema Cresol, através de suas linhas de repasse de crédito (ver Tabela 1 do Apêndice), tem na atividade leiteira – que inclui: produção de pastagem, piqueteamento, produção de milho para ração e silagem, ordenhadeiras, resfriadores, forrageiras, tratores e carretas agrícolas, construção e reforma de estábulos, aquisição de material genético, cria e recria de bovinos, entre outros – o direcionamento da maior parte da sua carteira de financiamento rural.

Como exemplo, na Tabela 5, a evolução da produção de leite do estado do Rio Grande do Sul e de pequenos municípios da região Alto Uruguai.

TABELA 5 Evolução na produção de leite do estado do Rio Grande do Sul e dos municípios de Aratiba, Barão do Cotegipe, Erechim, Gaurama e Sertão (em mil litros)

Ano	Rio Grande do Sul	Aratiba	Barão do Cotegipe	Erechim	Gaurama	Sertão
2000	2.102.018	6.277	6.750	11.253	4.219	8.880
2001	2.222.054	7.134	6.516	8.801	4.534	9.914
2002	2.329.607	8.205	6.732	9.681	5.138	12.512
2003	2.305.758	8.352	7.164	9.883	5.306	10.592
2004	2.364.936	7.935	7.245	10.405	5.381	9.223
2005	2.467.630	7.940	7.164	10.160	5.807	20.570
2006	2.625.132	8.095	7.307	10.972	5.807	23.432
2007	2.943.684	20.035	11.365	12.827	6.216	21.554
2008	3.314.573	21.055	11.731	12.922	6.978	22.419
2009	3.400.179	23.184	12.101	13.000	6.700	22.191
2010	3.633.834	24.128	10.742	12.327	6.002	29.205
2011	3.879.455	24.300	10.801	13.495	6.100	31.205
2012	4.049.487	14.707	15.000	13.850	8.564	30.324

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE de 2006.

O Procapcred – apoio ao cooperativismo de crédito

Em 2006, é aprovado pelo governo federal o Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito (Procapcred). Essa foi uma das principais reivindicações do segmento do cooperativismo de crédito na última década. O programa, operado pelo BNDES, permite o financiamento de contas-partes diretamente ao associado para ser integralizado na forma de capital social na cooperativa de crédito, visando à melhoria da estrutura patrimonial das cooperativas.

O valor financiado pode chegar até R\$ 30 mil a cada 24 meses por pessoa física, tendo prazo de seis anos para amortização. Essa linha foi importante, tendo em vista o fortalecimento do patrimônio líquido das cooperativas de crédito. O patrimônio de referência é o que cria o lastro para a captação de recursos com agentes financeiros, bem como regula as condições de empréstimos com os associados, partindo do determinado pelo

marco regulatório do Bacen, tendo como referência os acordos de Basileia, para enquadramento.

Esse programa em muito fortaleceu as cooperativas de crédito. São operações de crédito que partem de pequenos valores (R\$ 2.341,00, na Cresol Central, e R\$ 2.501,00, na Cresol Baser) e desde o início mais de R\$ 130 milhões já foram contratados pelo Sistema Cresol (ver Tabela 1 do Apêndice). Considerando a atuação da Cresol, o BNDES, por intermédio desse programa, tem dado contribuição de destaque aos sistemas cooperativistas de crédito de menor porte, tendo em vista o equilíbrio necessário na sua estrutura patrimonial, já que são constituídas, majoritariamente, de associados com maiores dificuldades financeiras.

Habitação rural – construindo sonhos

A partir de 2003, as cooperativas de crédito passaram a operar o programa de habitação através do Programa Social Habitacional de Interesse Social (PSH). Esse programa partiu de um valor subsidiado e uma complementação com financiamento, realizados pelas cooperativas singulares.

O mencionado programa criou as condições para muitos agricultores familiares realizarem um velho sonho: construir e/ou reformar sua casa, gerando alto impacto social. Os valores envolvidos sempre foram muito bem utilizados por causa do suporte técnico adequado e do acompanhamento do projeto social, garantindo um bom desempenho do programa.

A melhora nas condições de habitação traz motivação e eleva a autoestima, fatores fundamentais para o agricultor permanecer na roça produzindo alimentos.

O programa foi sendo aprimorado gradativamente. Os ajustes criaram novas e melhores condições. Hoje, o programa é denominado Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e parte do enquadramento pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), com três faixas de renda.

A operação do programa partiu de contrapartida das cooperativas de crédito, com recursos próprios da Cresol. Nesse caso, a consolidação da estrutura patrimonial das cooperativas foi fundamental. Indiretamente, o BNDES, foi um dos parceiros importantes ao fortalecimento da estrutura econômica, permitindo assim lastro para o programa. Segundo a agricultora e diretora-presidente da Cresol Paim Filho, Cleusa Zapparolli, em depoimento ao autor, “quem constrói sua casa é porque tem sonhos, esse sonho está ligado à continuidade de viver e produzir na roça”.

Microcrédito

Uma das portas de entrada da Cresol no BNDES foi o programa de microcrédito. Essa parceria iniciou em 1999 com um convênio que permitiu o repasse de recursos dessa modalidade. Esses recursos foram aplicados em atividades produtivas, por meio de pequenas operações de crédito, gerando resultados positivos, criando condições para a continuidade e ampliação dos recursos do programa.

Atualmente, o microcrédito continua como uma das ações prioritárias na Cresol, e o BNDES continua como uma das principais fontes de recursos. Ressalte-se que o BNDES está apoiando a consolidação e ampliação do Cooperativismo de Crédito Solidário. Uma das novas linhas de crédito a ser operada será o Pronaf B, que é o microcrédito produtivo rural. Esse é mais um compromisso do BNDES com o desenvolvimento, solidificando ainda mais seu compromisso social.

Cabe destacar ainda o fortalecimento do microcrédito com a criação do programa Crescer. No Rio Grande do Sul, o programa gaúcho de microcrédito, vinculado ao Crescer e coordenado pelo governo do estado com o apoio do Bannrisul, vem ampliando a aplicação de recursos, apoiando inúmeros empreendedores formais e informais. A Cresol é uma das operadoras do programa, o que reforça e compromete a atuação do cooperativismo de crédito na busca de inclusão produtiva e financeira, mais emprego e maior renda, enfim, desenvolvimento econômico e social.

Nova dinâmica econômica e inclusão financeira

As melhores condições de crédito propiciaram uma nova dinâmica, como a gerada pelo Pronaf, que fortalece inicialmente a economia local/regional. Vale ressaltar que o investimento e a ampliação do Pronaf reforçam uma cadeia produtiva que vai muito além da agricultura, alcançando a indústria e o comércio, setores importantes para a economia de maneira geral.

Como afirma Mattei (2006, p. 64):

Desde o surgimento do Pronaf, em 1996, o programa se transformou e trouxe inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro, tais como contribuir para melhorar as condições de produção e segurar os agricultores no campo, aumentar a oferta de alimentos, aumentar a produtividade de alguns produtos, gerar ocupação e empregos, que se refletem positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos rurais, entre outros efeitos benéficos que os estudos têm destacado.

Nesse cenário, o papel do BNDES como banco público e de desenvolvimento é extremamente positivo para a economia brasileira. Caso se volte um pouco atrás, em 2008, com a crise financeira mundial, o papel dos bancos públicos como instrumentos foi decisivo para, mesmo em épocas de crise, continuar apostando firmemente no investimento produtivo como forma de superar a crise. Da mesma forma, o cooperativismo de crédito brasileiro, no momento de crise, aumentou sua participação no mercado de crédito, uma opção clara pelo investimento no setor produtivo, apostando nos micro e pequenos empreendedores, incluindo os agricultores familiares (ver Tabela 1 do Apêndice). Ao contrário, o setor bancário privado ficou mais restritivo quanto à liberação dos financiamentos, à produção e ao consumo.

Nesse mesmo sentido, o BNDES é um instrumento que permite aplicar as políticas desenvolvimentistas a partir do financia-

mento dos programas constituídos com suas linhas de crédito. É elo entre o interesse público (Estado) e a sociedade, transformando as prioridades em operações de crédito. A partir daí, é possível ter uma intervenção direta nos territórios, fomentando o financiamento de atividades locais. Essas políticas, fundamentalmente, agem como estímulo à transformação e ao crescimento da economia local, dinamizando-a e gerando novas e mais oportunidades, impactando na vida das comunidades e, conseqüentemente, das pessoas.

Avanços importantes devem ser considerados e comemorados. Mesmo em um momento de economia em crise, com baixo desempenho internacional, conquistas importantes foram obtidas. Evidentemente, problemas existem, entretanto, é preciso enaltecer o papel do BNDES em uma estratégia de fortalecimento da infraestrutura nacional e das empresas brasileiras.

É preciso vencer grandes desafios e melhorar as condições de acesso ao crédito e serviços financeiros para as cooperativas de crédito de menor porte (Sistema Cresol), diferenciando-as dos maiores bancos; e, conseqüentemente, para a agricultura familiar, para as micro e pequenas empresas, que representam a maioria dos empreendimentos existentes, do emprego gerado e do alimento produzido.

Por tudo isso, é preciso ampliar e qualificar a parceria do BNDES com o cooperativismo de crédito, não somente na Região Sul, mas em todas as regiões brasileiras, como forma de aumentar a oferta de investimento produtivo, em uma visão comprometida com a sustentabilidade e o desenvolvimento local, especialmente nos pequenos municípios, em microempreendimentos e na agricultura familiar.

Abordar os temas aqui elencados é sempre um desafio e deve ser tarefa prioritária, o que permite uma profunda reflexão sobre as práticas adotadas e conseqüentemente sobre o resultado das ações empreendidas.

APÊNDICE

TABELA 1 Dados da Cresol Baser e Cresol Central na aplicação dos financiamentos do Procapcred, custeio e investimento, nas safras 2009-2010 a 2012-2013

CRESOL BASER

Safra/tipo	2009-2010	2010-2011	
Procapcred			
Contratos	-	642	
Valor BNDES	-	R\$ 1.307.383,00	
Média de valor	-	R\$ 2.036,42	
Custeio			
Contratos	9.603	13.392	
Valor BNDES	R\$ 81.767.409,74	R\$ 114.016.373,73	
Média de valor	R\$ 8.514,78	R\$ 8.513,77	
Investimento			
Contratos	3.895	4.405	
Valor BNDES	R\$ 78.891.849,92	R\$ 85.239.059,55	
Média de valor	R\$ 20.254,65	R\$ 19.350,52	
Total contratos	13.498	18.439	
Total valor BNDES	R\$ 160.659.259,66	R\$ 200.562.816,28	
Total média de valor	R\$ 11.902,45	R\$ 10.877,10	

CRESOL CENTRAL SC/RS

Safra/tipo	2009-2010	2010-2011	
Procapcred			
Contratos	8.356	7.699	
Valor BNDES	R\$ 17.290.306,00	R\$ 20.725.044,00	
Média de valor	R\$ 2.069,21	R\$ 2.691,91	
Custeio			
Contratos	7.529	9.725	
Valor BNDES	R\$ 70.606.089,90	R\$ 99.286.143,93	
Média de valor	R\$ 9.377,88	R\$ 10.209,37	
Investimento			
Contratos	4.921	3.453	
Valor BNDES	R\$ 113.947.533,94	R\$ 87.242.652,70	
Média de valor	R\$ 23.155,36	R\$ 25.265,76	
Total contratos	20.806	20.877	
Total valor BNDES	R\$ 201.843.929,84	R\$ 207.253.840,63	
Total média de valor	R\$ 9.701,24	R\$ 9.927,38	

	2011-2012	2012-2013	Total geral
	2.405	26.820	29.867
	R\$ 5.322.545,00	R\$ 65.873.487,03	R\$ 72.503.415,03
	R\$ 2.213,12	R\$ 2.456,13	R\$ 2.427,54
	18.848	23.139	64.982
	R\$ 179.154.272,40	R\$ 271.655.457,42	R\$ 646.593.513,29
	R\$ 9.505,21	R\$ 11.740,16	R\$ 9.950,35
	5.363	6.754	20.417
	R\$ 111.861.524,17	R\$ 148.507.128,47	R\$ 424.499.562,11
	R\$ 20.858,01	R\$ 21.988,03	R\$ 20.791,48
	26.616	56.713	115.266
	R\$ 296.338.341,57	R\$ 486.036.072,92	R\$ 1.143.596.490,43
	R\$ 11.133,84	R\$ 8.570,10	R\$ 9.921,37
	2011-2012	2012-2013	Total geral
	5.713	4.715	26.483
	R\$ 12.995.318,00	R\$ 10.001.645,57	R\$ 61.012.313,57
	R\$ 2.274,69	R\$ 2.121,24	R\$ 2.303,83
	12.269	14.750	44.273
	R\$ 125.023.307,67	R\$ 166.754.369,04	R\$ 461.669.910,54
	R\$ 10.190,18	R\$ 11.305,38	R\$ 10.427,80
	5.566	8.098	22.038
	R\$ 146.281.424,52	R\$ 153.850.431,93	R\$ 501.322.043,09
	R\$ 26.281,25	R\$ 18.998,57	R\$ 22.748,07
	23.548	27.563	92.794
	R\$ 284.300.050,19	R\$ 330.606.446,54	R\$ 1.024.004.267,20
	R\$ 12.073,21	R\$ 11.994,57	R\$ 11.035,24

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Cresol Baser e da Cresol Central SC/RS.

REFERÊNCIAS

ANDREOLA, I. Ivo Andreola: *Depoimento* [6 jan. 2014]. Comunicado pessoal ao autor sobre seu empreendimento familiar.

ASCAR/EMATER REGIONAL ERECHIM – ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL/ EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Comunicado pessoal de Paulo Trierveiler e Valmir Dartora, engenheiros agrônomos. 14 de janeiro de 2014. Dados sobre a evolução da produção de leite do estado do Rio Grande do Sul e de pequenos municípios da região Alto Uruguai.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2011*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2011/rel2011p.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

_____. *Anuário Estatístico do Crédito Rural 2013*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/creditorural/2012/pronaf.asp?idpai=RELRURAL2012>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BANCO DO BRASIL. *Censo Agropecuário de 2006*. 2009. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BONEZ, J. Juliane Bonez: *Depoimento* [5 jan. 2014] Erechim/RS: Secretaria da Educação de Erechim. Comunicado pessoal ao autor contendo informações sobre o programa de alimentação escolar no município.

BÚRIGO, F. L. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural no Brasil*. 374f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

COUTO, A. M. Assis Miguel do Couto: *Depoimento* [out. 2013]. Entrevista para: REVISTA CRESOL ERECHIM 15 ANOS – Constituição do Sistema Cresol, n.1. Erechim/RS, out. 2013.

FARINA, E. M. M. Q.; FERREIRA, C. F. Concorrência e performance do setor bancário em um mercado heterogêneo. *Economia*, Brasília, v. 6, n. 3, p. 157-189, 2005.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Carta de conjuntura FEE*. Porto Alegre, ano 23, n. 2, fev. 2014.

FERRARI, G. Gelson Ferrari: *Depoimento* [15 jan. 2014]. Diretor da Cresol, comunicado sobre fonte de crédito do BNDES.

KEMPF, M. O. Marcos Olair Kempf: *Depoimento* [27 jan. 2014]. Central Cresol Baser. *Responsável pela carteira de crédito*. Dados sobre a aplicação dos financiamentos do Procapcred, custeio e investimento, nas safras 2009-2010 a 2012-2013.

LHACER, P. M. V. *Cooperativas de crédito e formação da taxa de juros nas operações bancárias: teoria e evidências empíricas no Brasil*. 151f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATTEI, L. *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

_____. *Pronaf 10 anos: síntese da produção acadêmica sobre o programa*. Relatório de pesquisa, 198 p. Brasília: MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

MISTURA, M. T. Maicon Tiago Mistura: *Depoimento* [23 jan. 2014]. CRESOL CENTRAL SC/RS. Analista de crédito. Dados sobre a aplicação dos financiamentos do Procapcred, custeio e investimento, nas safras 2009-2010 a 2012-2013.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *RESR*, Piracicaba, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan.-mar. 2013. (Impressa em abr. 2013)

SCHRODER, M. *Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da Agricultura Familiar – o Sistema Cresol (1995-2003)*. 206f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2005.

SINIGAGLIA, D. *Um estudo empírico sobre bancarização e escolha ocupacional*. 233 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SOARES, M.; MELO SOBRINHO, A. *Microfinanças – o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

SOARES, M.; VENTURA, E. Governança cooperativa: as funções estratégicas e executivas em cooperativas de crédito no Brasil. In: V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO. *Anais...* Ribeirão Preto, 2008.

VENTURA, E. C.; FONTES FILHO, J. R.; SOARES, M. M. (coord.). *Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

Sites consultados

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – <www.bndes.gov.br>.

WIKIPEDIA – <pt.wikipedia.org>.